EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POSSIBILIDADE DE MATERIALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

INTEGRAL EDUCATION AS A POSSIBILITY FOR THE MATERIALIZATION OF INTEGRAL HUMAN DEVELOPMENT.

EDUCACIÓN INTEGRAL COMO POSIBILIDAD DE MATERIALIZACIÓN DE LA FORMACIÓN HUMANA INTEGRAL.

Edilene Eva de Lima[1]
Paula Cortinhas de Carvalho Becker[2]
Juares da Silva Thiesen[3]

RESUMO
O texto em pauta pretende apresentar resultados de duas pesquisas acadêmicas envolvendo o tema da Educação Integral, produzidas coletivamente pelos autores entre 2017 e 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. As investigações tiveram como propósito mais amplo analisar as potencialidades do currículo e da integração curricular como caminhos para uma formação humana integral, tomando como campo empírico quatro programas e/ou projetos considerados referência no Brasil. As referidas pesquisas foram ancoradas na abordagem histórico-cultural, associadas a um conjunto de procedimentos empíricos de caráter documental e aplicação de entrevistas. Os resultados mostram que, apesar de outros obstáculos, programas e projetos que mobilizam currículos bem estruturados, substancialmente integrados e sustentados por abordagem teórica consistente, podem representar um caminho interessante para o alcance da formação humana integral.
PALAVRAS-CHAVE: educação integral; currículo; formação humana integral.

ABSTRACT
The text in question presents the results of two academic research studies on the theme of Integral Education, collectively conducted by the authors between 2017 and 2021 within the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Catarina. The investigations aimed to analyze the potential of the curriculum and curricular integration as pathways to holistic human development, using four programs and/or projects considered benchmarks in Brazil as empirical fields. The research was grounded in the cultural-historical approach, coupled with a set of empirical procedures, including documentary analysis and interviews. The results show that, despite other challenges, programs and projects that mobilize well-structured curricula, substantially integrated, and supported by a consistent theoretical approach, can represent an interesting path toward achieving holistic human development.
KEYWORDS: integral education; curriculum;integral human development.

RESUMEN
El texto en cuestión presenta los resultados de dos investigaciones académicas sobre el tema de la Educación Integral, realizadas colectivamente por los autores entre 2017 y 2021 en el marco del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Santa Catarina. Las investigaciones tuvieron como objetivo más amplio analizar las potencialidades del currículo y la integración curricular como caminos para una formación humana integral, tomando como campo empírico cuatro programas y/o proyectos considerados referentes en Brasil. Las investigaciones mencionadas se basaron en el enfoque histórico-cultural, asociadas a un conjunto de procedimientos empíricos de carácter documental y la aplicación de entrevistas. Los resultados muestran que, a pesar de otros obstáculos, los programas y proyectos que movilizan currículos bien estructurados, sustancialmente integrados y respaldados por un enfoque teórico consistente, pueden representar un camino interesante hacia el logro de la formación humana integral.
PALABRAS CLAVE: educación integral; currículo; formación humana integral.

[1]Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5079-4636.
[2]Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3277-8469.
[3] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Planalto Serrano (Uniplac), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9299-4441.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de duas pesquisas acadêmicas envolvendo o tema da Educação Integral, desenvolvidas coletivamente pelos autores no período compreendido entre 2017 e 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ambos os estudos assumiram a perspectiva histórico-cultural como abordagem tanto para aprofundamento teórico e conceitual do tema, quanto para embasamento dos dados empíricos que os compuseram, aspectos esses que serão explicitados ao longo do artigo.

O eixo estruturante das pesquisas consistiu na defesa de que a educação integral, quando mobilizada por projetos escolares bem fundamentados teoricamente e com (re)desenhos curriculares integrados, tem potencial para induzir a Formação Humana Integral (FHI).

Para a produção deste artigo, reuniu-se o conjunto de seus principais resultados, especialmente os achados das investigações empíricas que envolveram a análise de quatro programas/projetos considerados por pesquisadores e críticos como experiências de referência no Brasil, quais sejam: em âmbito nacional, o Programa Mais Educação (PME); em âmbito estadual, o programa Escola Pública Integrada (EPI-SC). E, na esfera municipal, os projetos: Educação Integral na Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva (EBIAS), da rede municipal de Florianópolis, SC; e Escola Integrada (PEI-BH), do município de Belo Horizonte, MG.

As investigações foram pautadas fundamentalmente na análise de algumas categorias teóricas-metodológicas consideradas pela literatura como mobilizadoras do currículo na formação integral, entre as quais: tempos/espaços escolares, saberes/conhecimentos, intersetorialidade/territorialidade, gestão escolar e integração curricular. No que se refere à dimensão empírica, a escolha envolveu análise documental e de dados coletados via entrevistas, contemplando, como já destacado, os quatro projetos de educação integral em andamento no Brasil.

Assim, assumiu-se como objetivo neste texto apresentar os elementos sobre o que constituiu a abordagem teórica das referidas pesquisas, bem como trazer as sínteses dos principais resultados, afirmando nas conclusões que se pautar em compreensão coletiva e bem sustentada de educação integral, mobilizando currículos substancialmente integrados, pode representar um caminho interessante para o alcance da formação humana integral.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

Com esse propósito, inicialmente foram apresentados aspectos sobre a abordagem teórica que orientou a produção das investigações para, em seguida, destacar alguns dos principais achados resultantes da análise dos quatro programas/projetos aqui listados. Nas considerações finais, argumenta-se em defesa da potência do desenvolvimento de experiências pautadas em consistente concepção teórica, associada a (re)desenhos curriculares integrados na perspectiva da formação humana integral.

Concepções Orientadoras para Programas e Projetos Mobilizados em Perspectiva de Educação Integral e de Formação Humana Integral (FHI)

Sob a ótica da abordagem histórico-cultural, compreende-se a educação integral como um caminho/horizonte para a materialização da Formação Humana Integral, construído fundamentalmente pela via das trajetórias formativas no âmbito da escola e do currículo. Os estudos que se dedicam à compreensão desse conceito por tal linha envolvem, além de ampla e complexa dimensão teórica, também um conjunto de elementos relativos à organização curricular, especialmente quando tratam sobre experiências e projetos de educação integral que pretendem promover a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos sujeitos em formação.

A escolha da abordagem histórico-cultural como principal lente na discussão sobre educação integral nos trabalhos dos autores deste texto deu-se a partir do estudo de diferentes concepções de formação humana integral, as quais não apenas marcaram o cenário educacional de sua época, mas se constituíram como legado histórico educacional.

Nesse âmbito, entende-se que essa abordagem teórica é a mais substantiva, dado que compreende o desenvolvimento pleno das pessoas profundamente associado à ideia de aprendizagem ao longo da vida, de sua relação com a cultura, com a história e com a interação dialética dos sujeitos com o mundo. Trata-se de uma abordagem que defende que, na relação mediada pela linguagem entre adultos e crianças, são transmitidos modos de ser, pensamentos, experiências e cultura, o que permite a ambos apropriações significativas de realidade e de mundo. Acredita-se, que, portanto, cabe à escola, como principal instituição educadora, oportunizar e integrar conhecimentos, saberes, experiências, expectativas e culturas das crianças, ensinando-as aquilo que ainda não conhecem ou que não são capazes de realizar sem a mediação de outros.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

Formação Humana Integral (FHI) e Educação Integral (EI) são conceitos que, de certa forma, se fundem por expressarem a ideia da educabilidade na sua forma mais abrangente. Sendo assim, se confundem com a própria ideia da educação e com o conceito de escolarização (Thiesen, 2020). Educação Integral expressa uma ação educacional que envolve dimensões variadas e abrangentes da formação humana. No entanto, distingue-se do conceito de Formação Humana Integral, pois este último ultrapassa os limites da educação escolar.

A FHI acompanha a ideia da educabilidade e se funde com a ideia de humanidade, extrapola a educação escolarizada e os atuais projetos educacionais que são denominados de Educação Integral (Lima, 2021). A ideia de Formação Humana Integral sempre esteve presente no ideário formativo, se constitui como perspectiva desde a mais básica experiência de sobrevivência, em que homens e mulheres buscam formas e possibilidades melhores de vida individual e coletiva.

A aspiração humana por educar ultrapassa a educação escolar, constitui-se de um desejo antigo, presente no ideário formativo desde os tempos mais remotos, como uma herança transmitida desde o início, na relação dos mais novos com os mais velhos. Entende-se, então, que a Formação Humana Integral está relacionada a um conceito que se refere ao sentido da constituição do humano, no desenvolvimento dos sujeitos e suas relações que são estabelecidas com um universo em construção. Constitui-se pela formação que é produzida na mediação entre os sujeitos com o mundo desde sempre.

Sob a ótica da abordagem histórico-cultural, o sujeito é considerado ser social e a cultura significa sua produção histórica. O desenvolvimento pleno está ligado à ideia de aprendizagem desde os primeiros dias de vida das pessoas, e é na relação entre adultos e crianças que são transmitidos os modos, os pensamentos, as experiências e a cultura, o que permite apropriação da realidade e do mundo pelos sujeitos, mediada por diferentes linguagens. É essa formação que prepara os sujeitos nas suas diferentes dimensões (ética, social, moral, cultural). De acordo com Coelho (2009), durante séculos esse conceito não fez parte de análise ou dos debates nos espaços formais da educação escolar. A autora indica que foi no século XVIII, com a constituição da escola pública, que a educação integral voltou à cena, concretizada sob a perspectiva jacobina de formação do homem completo, o que significava que a educação não deveria abranger somente o intelecto de cada aluno, mas se preocupar também com a formação do ser físico e moral. No Brasil, consideráveis esforços foram mobilizados em projetos educacionais baseados em perspectivas de Formação Humana Integral, os quais foram marcados especialmente por uma filosofia associada aos conceitos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

progressistas de fundo liberal, notadamente orientados pelo movimento da chamada Escola Nova.

Os integrantes desse pensamento escolanovista contribuíram para difundir ideias que valorizavam uma escola inclusiva e de acesso a todos os brasileiros. Entre os integrantes da Escola Nova, destaca-se Anísio Teixeira, responsável por implantar a primeira escola pública de educação integral no Brasil, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, inaugurado em 1950, na Bahia.

É, pois, no âmbito da Formação Humana Integral que se situa a educação escolarizada, que traz consigo a adjetivação de integral e se define como um projeto formal e institucional que visa a estabelecer uma trajetória formativa para os sujeitos. São diferentes e variadas as experiências de educação integral implantadas no território brasileiro, as quais serviram e ainda servem de referência para estudos e pesquisas de diversos pesquisadores. Entre tantos, destaca-se o artigo de Moll, Silva e Agliardi (2024), no qual as autoras, ao abordarem a trajetória da Educação Integral no Brasil, apontam experiências de Anísio Teixeira, Maria Nilde Mascellani e Darcy Ribeiro como principais pilares desse ideário, tanto em termos teóricos quanto empíricos.

As autoras discutem também o Programa Mais Educação (2007-2016), indutor na construção de uma agenda da Educação Integral para o Brasil neste início de século. Retomam experiências bem-sucedidas e ampliam a visão de formação humana integral ao considerarem seu contexto, território e inteireza humana. Na busca por compreender as possibilidades de materialização da formação humana integral, é possível encontrar diversas publicações que apresentam e/ou discutem conceitos de educação integral e em tempo integral, a exemplo de Coelho (2009), Cavaliere (2009, 2013) e Maurício (2016). Outros trabalhos se concentram no debate do tema a partir da sua natureza e caracterização, atribuindo diferentes correntes do pensamento político-filosófico, como fizeram Coelho (2009) e Cavaliere (2002, 2007).

Para entender a perspectiva da ampliação do tempo da escola como possibilidade de alcançar uma formação mais completa, integrada e humanizada do sujeito em formação e formador, Lima (2021) encontra na literatura distinções conceituais em torno do que seja educação integral e formação humana integral, o que gera, também, o desenvolvimento de um amplo conjunto de projetos nas escolas brasileiras. Para a autora, essas são iniciativas que se organizam de diversas formas, algumas delas em perspectivas da oferta de atendimento no

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

contraturno escolar, outras na ampliação do tempo, acrescentando-se maior carga horária, porém, todas na premissa de ofertar diferentes oportunidades educativas.

Nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGE da UFSC, retoma-se as discussões desses movimentos que envolvem experiências e produção teórica, todavia dá-se enfoque à abordagem histórico-cultural para observar aspectos da organização, da integração e dos redesenhos curriculares dos quatro projetos de educação integral desenvolvidos no país.

Becker (2021), em seu estudo, parte do pressuposto de que a integração curricular tem potencial para ampliar perspectivas de formação humana integral. Ela classifica o movimento da educação integral no Brasil em duas fases (indicadas a seguir). Observa, em diferentes momentos históricos, como esse movimento da política nacional alcança (ou não) determinado grau de preocupação com a organização curricular. Segundo a autora, essa classificação tem origem no próprio interesse do debate, no enfoque dado a esse movimento, por isso não é uma classificação que está colocada no âmbito da política nacional (Becker, 2021).

A pesquisadora procura olhar as políticas curriculares, nessas chamadas duas fases, na sua relação com a integração curricular, tendo em conta quatro elementos curriculares considerados fundamentais, quais sejam: tempos escolares, espaços escolares, saberes/conhecimentos escolares e gestão curricular. Becker (2021) chama de primeira fase o conjunto das iniciativas de educação integral no Brasil datadas no século XX. Os primeiros ensaios dessa fase ocorrem com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que propõe, em seu texto, a renovação da escola tradicional.

Nesse período, é possível identificar diversas experiências e práticas de educação pública em tempo integral que se destacaram com suas propostas pedagógicas e curriculares inovadoras para a época. Outro aspecto de destaque é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que passa a tratar distintamente a educação integral. Até então caracterizada pela busca de mudanças, tanto no que concerne à metodologia quanto no que se refere aos próprios fundamentos da proposta pedagógica e à formação que pretendiam dar aos estudantes, a integração curricular parece ocupar pouco espaço.

A segunda fase desse movimento apontado por Becker (2021) se refere ao esforço do Estado pela formulação de uma política mais orgânica de educação integral no Brasil. Marcada por diversas regulações que tratam da ampliação da jornada escolar e que valorizam a possibilidade de formação integral, essa fase mais contemporânea apresenta, ainda, uma

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

experiência de abrangência nacional denominada *Programa Mais Educação* que revela avanços, mas também limitações no que diz respeito à integração curricular.

Em sua pesquisa, Becker (2021) sugere ainda que uma terceira fase do movimento da educação integral no país iniciou-se com a retomada das discussões sobre o tema por parte de professores e pesquisadores que se uniram para constituir o Observatório Nacional de Educação Integral. Esse Observatório passou a ser um espaço de estudos, dados, experiências pedagógicas e curriculares e referenciais legais, a fim de manter viva a memória e a esperança da materialização de uma escola pública universal e comprometida com a formação humana integral e com a ampliação da jornada diária.

Seria possível incluir nesta terceira fase apontada antes por Becker (2021) a implantação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n 14.640/2023, que tem impulsionado a retomada das discussões sobre a temática e vem fortalecendo o debate curricular no âmbito da formação humana integral e educação integral.

Sob qualquer perspectiva, vê-se que os projetos e as experiências de educação em tempo integral desenvolvidos no país constituem parte do histórico desejo humano de educar mais integralmente as pessoas. Ainda que com diferentes conceitos, a educação integral carrega consigo a ideia de universalização do ensino e da alternativa para a melhoria da educação. Compreende a busca pela formação humana integral dos sujeitos em todas as suas dimensões, quais sejam: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Pressupõe a construção permanente de um projeto educativo compartilhado/articulado por gestores, professores, estudantes, famílias e comunidades locais.

Nessa perspectiva, são criadas estratégias políticas, curriculares e pedagógicas para se repensar o modo de funcionamento das instituições educativas, a fim de colocá-las também a favor da lógica da formação integral das crianças e adolescentes. Assim, considera-se que a organização curricular e seus redesenhos podem se mostrar como um caminho para o desenvolvimento amplo dos sujeitos em projetos de educação integral.

(Re)Desenhos e Integração Curricular como Caminhos Potenciais para a Formação Humana Integral (FHI)

Na atualidade, diferentes projetos de ampliação do tempo escolar na perspectiva da educação integral têm se configurado no contexto brasileiro, sobretudo nas redes públicas de ensino. Surgem como uma agenda por vezes assumida tanto pelo Estado quanto pelos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

organismos privados (nacionais e internacionais) por diferentes órgãos que desenvolvem a gestão dos sistemas educacionais e inclusive das escolas. Aumentar o tempo da escola, na perspectiva de investir na Formação Humana Integral, é um movimento que pode modificar a dinâmica da escola e promover aprendizagens condizentes com as necessidades apresentadas pelo contexto atual (Lima, 2021).

Assim, a Educação Integral surge como possibilidade de a escola convencional repensar a organização do currículo e do trabalho pedagógico. Essa motivação deve-se ao fato de os tradicionais modelos de organização do trabalho educacional se mostrarem insuficientes diante das demandas, das contingências e das expectativas da sociedade. Tal reestruturação, a nosso ver, passa pelo território do currículo, pois é nele que se materializam os projetos de formação, estando relacionados à perspectiva parcial ou integral do tempo escolar. "No currículo, porque este, de acordo com Gimeno Sacristán (2000), compreende todo o fazer/pensar da escola, seja do ponto de vista pedagógico, epistemológico e político" (Lima 2021, p. 104).

Vive-se um tempo de falta de credibilidade nas certezas antes confirmadas pela ciência, o que contribui para a urgência em gerir modelos de educação nos quais sejam respeitados e incluídos os diferentes, o meio ambiente, a cultura dos diversos sujeitos, etc. É nessa perspectiva que a escola se coloca como um horizonte que contribuiu para a formação na expectativa de dias melhores construídos com sujeitos de formação mais ampla.

No contexto educacional, são apresentadas diversas estratégias que, por vezes, se confundem como possibilidade de redesenhar o currículo e o trabalho pedagógico. É possível citar as avaliações em larga escala, os testes padronizados, os diferentes materiais didáticos, os diversos programas apresentados pelos governos como inovadores, mas que são marcados pela forte influência da iniciativa privada, como os pacotes de formação de professores e suas coleções pedagógicas. Todas essas são interferências externas que não dialogam com os sujeitos que na escola dinamizam e colocam em prática o currículo prescrito. São propostas que se apresentam como possibilidade de melhorar a escola, porém, por vezes, provocam dissensos, muitas incertezas, e mantêm relativamente inalterados os modelos convencionais da dinâmica escolar.

Defende-se que uma das alternativas para dinamizar a escola básica pública e que, portanto, atenda minimamente às necessidades da sociedade contemporânea, é a educação integral em tempo integral, a ser reorganizada em sua materialidade por meio dos redesenhos curriculares e da integração curricular (Becker, 2021; Lima, 2021). Entende-se que há a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

necessidade de o currículo ser concebido com uma visão mais alargada, interpretá-lo nas dimensões epistemológicas, nas finalidades políticas dos gestores das redes que os constitui, das condições postas para que ele se materialize, dos conhecimentos e saberes que são mais (ou menos) valorizados, tratados e distribuídos nos ambientes de ensino e aprendizagem. Acredita-se que o redesenho curricular é, invariavelmente, uma iniciativa ou desenvolvimento de um projeto pedagógico que altera a dinâmica da formação em algum ou em vários aspectos. Foi, pois, nesse sentido que se focou ambas as investigações nos projetos de referência em andamento atualmente no Brasil.

O trabalho empírico constitutivo das duas pesquisas foi realizado pelos autores de forma compartilhada. Embora com focos distintos, foram escolhidos os mesmos projetos para exploração e análise de documentos curriculares e entrevistas que possibilitaram discussões aprofundadas no âmbito da organização curricular. Neste tópico, apresenta-se alguns resultados que revelam potencialidades da organização curricular dos projetos de educação integral para a materialização da desejada formação humana integral.

Por projetos de educação integral entende-se que são as experiências de ampliação de jornada escolar e de ofertas educativas, sob diferentes perspectivas e formas de desenvolvimento, e seus textos de orientação pedagógica e curricular. Assim, os trabalhos do campo empírico foram constituídos de pesquisa documental, coleta e exploração dos textos curriculares, e entrevistas semiestruturadas que serviram de complementação aos dados apresentados em documentos oficiais utilizados como fonte de pesquisa. Neles, foram analisadas as potencialidades dos elementos da organização curricular para a formação humana integral, focando-se nos desenhos e na integração curricular.

Entre um amplo conjunto de elementos para análise dos programas/projetos, as pesquisas foram direcionadas para as categorias consideradas centrais, como: tempos e espaços escolares, saberes e conhecimentos escolares, intersetorialidade/territorialidade, gestão curricular e integração curricular. Esses aspectos correspondem aos conceitos, que, no âmbito das pesquisas realizadas, se revelaram categorias fundamentais.

Como referência já realizada na introdução, definiu-se um conjunto de experiências exitosas desenvolvidas ou em desenvolvimento, tomados os âmbitos nacional, estadual e municipal. Entre essas experiências, foram selecionados os seguintes projetos: Programa Mais Educação (PME), de âmbito nacional; Escola Pública Integrada (EPI-SC), de Santa Catarina; Projeto Educação Integral da Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

(EBIAS), da rede municipal de Florianópolis, SC; e Projeto Escola Integrada (PEI-BH), do município de Belo Horizonte, MG.

No que se refere aos espaços escolares, o entendimento é o de que estes são formados pela estrutura física das escolas, pelos territórios da comunidade local e pelos ambientes subjetivos das relações estabelecidas entre os sujeitos formadores e em formação. Os tempos escolares, inextricavelmente associados aos espaços, são entendidos sob duas dimensões, a cronológica de ampliação da jornada escolar em horas e a subjetiva que compreende a ampliação das relações de aprendizagem. Para preencher os tempos e os espaços, os saberes e os conhecimentos se integram pelo diálogo entre os saberes comunitários, as experiências e os campos do conhecimento científico. Nesse sentido, a gestão curricular é considerada o lugar institucional e, portanto, instância decisória da organização curricular que pode mobilizar a integração curricular.

Nas pesquisas, aponta-se a integração curricular como caminho para a formação humana integral por esta estar relacionada ao modo como se organizam as experiências curriculares e o conhecimento. Trata-se de um princípio organizador das configurações do currículo no âmbito da escola. Refere-se ao desenvolvimento de trajetórias formativas como unidade (Becker, 2021). Entende-se que a articulação e o redimensionamento dos tempos, dos espaços, dos saberes, dos conhecimentos e da gestão têm a capacidade de ampliar as relações de ensino e aprendizagem, potencializando perspectivas da formação humana integral.

Becker (2021) defende que espaços, tempos, conhecimentos e gestão são indissociáveis. A educação integral é entendida pela autora como aquela que acontece nas relações estabelecidas pelos sujeitos, entre os diferentes espaços e tempos, e, no diálogo, entre os saberes/conhecimentos. Nessa integração, as ações pedagógicas devem ser intencionais e ter a participação da comunidade na qual a escola está inserida.

Por intersetorialidade/territorialidade, entende-se envolver a valorização do território e a articulação entre as diferentes políticas em favor das demandas da população. Ou seja, todas as políticas devem trabalhar de forma integrada, convergente às necessidades dos sujeitos. Portanto, na perspectiva de redesenhar o currículo escolar, quando se pensa nas propostas de educação integral, considera-se ser necessário romper com os limites dos espaços, baixar os muros da escola, superar a ideia de que a educação é restrita ao espaço físico, ao tempo escolar e aos saberes sistematizados do conhecimento universal (Lima, 2021).

Nesse contexto e a partir da leitura dos documentos dos projetos de educação integral explorados nas duas pesquisas com foco nas dimensões citadas anteriormente, foram

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

identificados nos quatro projetos, elementos da organização curricular que, apesar de limitações, mobilizam a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos sujeitos em formação. Vamos a eles!

O Programa Mais Educação (PME) se apresenta com força ocupando espaço em todo o território nacional. Instituído pela Portaria Interministerial n. 17, de abril de 2007, e pelo Decreto n. 7.083, de janeiro de 2010, o PME integrou as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação e constituiu uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular. Nesse papel, o Estado, representado pelo MEC, torna-se responsável pela oferta de condições técnico-financeiras na proposição da ampliação dos tempos e dos espaços educativos de que a escola dispõe para organizar o processo de ensino e aprendizagem. O Estado propõe ainda discussões teóricas e metodológicas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Embora extinto em 2016, considera-se que o Mais Educação continua sendo inspiração para outras experiências e projetos estaduais e municipais em desenvolvimento no país.

Os documentos explorados do PME revelam três conceitos fundantes do projeto de educação integral, quais sejam: educação intercultural, intersetorialidade e territórios educativos. Os referidos conceitos compreendem a busca pela aproximação da escola com a comunidade local. O Programa afirma a necessidade de se "[...] assumir uma disposição para o diálogo e para a construção de um projeto pedagógico que contemple princípios e ações compartilhadas na direção de uma educação integrada de responsabilidade tanto de escolas como de comunidades" (Brasil, 2009b, p. 15). E, nesse contexto, o programa propõe uma educação intercultural que se desenvolve na busca por espaços de interação de grupos diferenciados que reconheçam o sentido e a identidade cultural de cada grupo (Becker, 2021).

A intersetorialidade é apresentada nos documentos do PME como uma nova forma de gestão política e na articulação entre os Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República com o objetivo de efetivar a educação integral (Brasil, 2009a). Assim, a gestão intersetorial aparece como elemento estratégico que tem o poder de mobilizar os diversos atores em torno de um objetivo comum.

O PME propõe também a ideia de territórios educativos como um dos princípios da educação integral. Refere-se à integração dos espaços escolares com equipamentos públicos e políticas públicas, o que possibilita a ampliação das experiências educativas.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

Além dos conceitos, foi possível identificar estratégias de organização curricular capazes de potencializar a formação humana integral pela via das trajetórias escolares. A Mandala de Saberes, por exemplo, é considerada pelo Mais Educação um instrumento metodológico de elaboração, organização e desenvolvimento do currículo. Embora o Programa proponha a realização de oficinas de contraturno, essa estratégia é apontada como uma forma de articular práticas realizadas além do horário escolar/regular com o currículo. Para Becker (2021), essa compreensão indica uma tentativa de organização curricular integrada.

As atividades dos macrocampos identificadas como o modo de organizar as ações dos diferentes programas do governo federal, segundo os documentos do PME, se interligam com as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas). Observa-se que essa proposta prevê a articulação das práticas de educação integral com as áreas de conhecimento e percebe-se, ainda, que a ampliação do tempo escolar possibilita a expansão do horizonte formativo dos estudantes.

Os Projetos de Trabalho referentes às atividades de Acompanhamento Pedagógico são considerados uma alternativa de organização didático-pedagógica para "[...] contemplar a articulação e a integração entre todas as áreas do conhecimento e as experiências educativas que acontecem a partir da escola" (Brasil, 2013, p. 13). Ambos os instrumentos metodológicos de elaboração, organização e desenvolvimento do currículo no âmbito do Mais Educação atendem a uma concepção de educação integral voltada para o território e para a educação intercultural.

Os documentos do PME sugerem ainda a construção de Projeto Pedagógico da Educação Integral e a articulação das ações do Programa com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Tal indicação demonstra uma preocupação com a organização do currículo escolar de uma forma mais orgânica, garantindo, assim, a integração dos tempos, dos espaços e dos conhecimentos.

Em Santa Catarina, o movimento da educação integral se constitui, entre outros movimentos, de um projeto considerado referência, denominado Escola Pública Integrada (EPI-SC). As orientações para a implantação e a implementação da EPI na rede estadual foram elaboradas por um grupo de profissionais com representantes da equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação (SED) e outros profissionais da educação e regulamentadas pelo Decreto n. 3.867, publicado em 2005. De acordo com a pesquisa de Lima (2015), a EPI-

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

SC, ao longo dos anos, foi perdendo força no que diz respeito à sua abrangência, mas, ainda assim, é possível verificar a oferta desse modelo para algumas turmas de escolas da rede estadual de educação.

O projeto de Santa Catarina revela três conceitos fundantes no âmbito da educação integral: a escola integrada à sua comunidade e aos seus recursos educativos; o currículo integral em tempo integral; e a gestão compartilhada da educação pública entre estado e municípios. Esse projeto de ampliação das oportunidades de aprendizagem baseia-se, então, na ideia de territorialidade, de integração curricular e de intersetorialidade.

Em relação às estratégias de organização curricular, a EPI-SC apresenta a organização das atividades em três eixos temáticos (Linguagem e Comunicação; Ciências e Matemática; Histórico e Social) e mostra a necessidade da constituição de um currículo único com o objetivo de articular as atividades diversificadas ou complementares às outras disciplinas do Projeto Político Pedagógico de cada escola (Santa Catarina, 2003). Destaca-se que esse projeto avança nas discussões sobre educação integral ao formular documentos que compreendem a organização curricular de forma integrada no conjunto das ações desenvolvidas e projetadas pela escola.

A Proposta para Implantação da Escola Pública Integrada define que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da EPI-SC constitui instrumento fundamental para o planejamento e a operacionalização de todas as ações curriculares. Indica ainda que esse instrumento de natureza pedagógica, técnica e política legitima as decisões sobre diretrizes, objetivos e metas formuladas de maneira coletiva. Ao considerar o PPP como uma ferramenta democrática de planejamento e gestão, esse projeto de educação integral reafirma a importância de se respeitar as características sociais e culturais de cada região do estado. Fica evidenciada a gestão colegiada e em equipe e a política de parcerias para a efetivação de uma educação integral na perspectiva da territorialidade e intersetorialidade.

No município de Belo Horizonte, MG, o Programa Escola Integrada (PEI-BH) teve seu início em 2006 com a proposta de dialogar com conhecimentos, equipamentos e serviços disponíveis na comunidade. Esse Programa prevê o alargamento dos tempos e dos espaços para contribuir com a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem. As pesquisas revelaram que o PEI-BH é desenvolvido há mais de dez anos com oferta em todas as escolas da rede municipal, atendendo um número expressivo de estudantes.

Nos documentos de orientação curricular do PEI-BH, o Cadernos de Diretrizes (Belo Horizonte, 2015) e as Orientações Gerais para as Escolas (Belo Horizonte, 2012), foram

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

identificados três conceitos fundantes do projeto, quais sejam: Cidade Educadora; Comunidades de Aprendizagem; e Intersetorialidade. Verificou-se, nesse projeto, proximidades teóricas com o que é proposto pelo Programa Mais Educação e pela Escola Pública Integrada de Santa Catarina no que diz respeito a uma educação escolar abrangente que pretende promover a formação humana integral com a utilização de outros espaços, saberes e experiências.

Sobre as estratégias de organização curricular, observou-se o desenvolvimento de projetos integradores que possibilitam a articulação de saberes e espaços. Os documentos do PEI-BH revelam que o projeto possibilita a organização de aulas-passeio e de oficinas no contraturno escolar, oportunizando a vivência de diferentes espaços, culturas e conhecimentos pelos estudantes na relação com a cidade.

O Programa de Belo Horizonte também propõe o trabalho com macrocampos em que se inserem as atividades de comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica, cultura, artes e educação patrimonial, esporte e lazer, educação em direitos humanos e promoção à saúde. Essa parecer ser uma estratégia metodológica capaz de induzir ações articuladas propostas pelos professores, minimizando a fragmentação curricular, especialmente na oficina de acompanhamento pedagógico que tem como objetivo a articulação entre o currículo escolar e as atividades pedagógicas

O PEI-BH sugere, ainda, a inserção das práticas de educação integral no PPP escolar e a promoção e coordenação de parcerias diversas, como os projetos apresentados anteriormente.

O projeto de Educação Integral da Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva (EBIAS), situada no município de Florianópolis, SC, teve seu início marcado com o Programa Mais Educação no ano de 2010. A equipe de profissionais da escola, em um trabalho coletivo, elaborou seu projeto próprio no âmbito da educação integral com o objetivo de promover ações de ampliação do tempo/espaço e articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, os saberes comunitários e os saberes populares como foco na aprendizagem.

O Projeto de Educação Integral do EBIAS apresenta como conceitos básicos a educação integral em turno integral; as práticas educacionais inovadoras; e a abordagem interdisciplinar. Para o alcance desse ideal de formação, lançou como estratégias de organização curricular a organização das atividades em eixos temáticos (letramento e numeramento; ambiente e sustentabilidade; esporte e movimento; direitos humanos em educação; educomunicação; artes e cultura) e o desenvolvimento de clubes (da leitura, de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

jogos, de ciências, da matemática). Assim como os macrocampos, entende-se que os eixos e os clubes têm capacidade de articular o trabalho pedagógico e curricular potencializando a formação.

Destaca-se outro elemento importante para se desenvolver a educação integral revelado nesse projeto, o professor articulador. Segundo as pesquisas, esse profissional pedagogo tem como função articular as diferentes áreas do conhecimento (oficinas/disciplinas). Compreende-se que, assim como a ampliação do tempo escolar, a educação integral requer o professor em tempo integral na escola para o desenvolvimento das propostas pedagógicas, dos projetos de pesquisa interdisciplinares e da articulação dos eixos temáticos com os componentes curriculares.

Aproximando-se dos demais projetos explorados, a EBIAS também desenvolve um Projeto de Educação Integral (Florianópolis, 2019b) e o Plano de Trabalho (Florianópolis, 2019a) que são articulados ao PPP da escola. Ressalta-se que o registro das ações e objetivos de um projeto de educação integral articulado aos documentos da escola são capazes de garantir o desenvolvimento sólido de ações na perspectiva da formação humana integral e de promover sua continuidade no decorrer do tempo. Acredita-se que o Projeto Político Pedagógico, na perspectiva da educação integral, se constitui um importante elemento na reorganização curricular, ou seja, no redesenho curricular.

Outra importante estratégia da EBIAS para a efetivação da educação integral na escola é a gestão compartilhada que possibilita a participação e a responsabilização de todos os profissionais da unidade com a formação integral de seus estudantes e a aproximação com as famílias dos estudantes.

A pesquisa empírica revelou que os quatro projetos de educação integral, embora apresentem distintas formas de organização curricular, se aproximam em conceitos e em estratégias na busca por uma formação integral de seus estudantes. Fica evidenciado que o redesenho curricular é o esforço que as escolas nos seus coletivos fazem para alterar a dinâmica curricular convencional, especialmente no que se refere a tempos e espaços, os saberes e conhecimentos escolares, a territorialidade/intersetorialidade, a gestão e a integração curricular, ao articularem tais elementos numa nova dinâmica escolar. Concorda-se com Lima (2021) na compreensão de que, de certa forma, o redesenho curricular é o resultado da mobilização desse conjunto de aspectos que em um único projeto pedagógico confere em termos de configuração curricular.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender a educação integral como um caminho para a materialização da formação humana integral pela via das trajetórias formativas no âmbito da escola e do currículo. Para tanto, foi exposto nosso entendimento sobre educação integral e formação humana integral e sua relação. Além da dimensão teórica, foram apresentados elementos da organização curricular de projetos de educação integral que pretendem promover a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos sujeitos em formação.

Aqui, mostrou-se como ocorreu a pesquisa empírica, realizada no âmbito das nossas teses, que compreendeu a exploração e a análise de documentos curriculares e de entrevistas em quatro projetos de educação integral. Foram reveladas estratégias pedagógicas e curriculares que se mostram potencializadoras para a formação humana integral. Como categorias teóricas-metodológicas, focou-se nos tempos e espaços, nos saberes e conhecimentos, na intersetorialidade/territorialidade, na gestão e na integração curricular, todos considerados aspectos da organização curricular.

A exploração dos quatro projetos possibilitou identificar modificações na organização curricular das escolas que os desenvolvem. Ficou revelada a preocupação com o modo como se constituem as práticas de educação integral em relação às disciplinas curriculares; a importância da compreensão de conceitos que constituem uma concepção de educação integral; a necessidade de articulação de suas ações com o PPP; a ampliação dos saberes e conhecimentos escolares; a promoção de ações na perspectiva interdisciplinar como estratégia metodológica; e a gestão compartilhada e/ou intersetorial. Os documentos analisados apresentam, ainda, preocupação com as formas de aproximar escola e comunidade local; a importância da atuação do professor em tempo integral; os estudantes como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem; a ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem; e a necessidade de se realizar parcerias.

Enfim, constata-se que os projetos de educação integral envolvidos na pesquisa apresentam mudanças no currículo com propostas e o desenvolvimento de estratégias metodológicas que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e curriculares integradas que potencializam a formação humana integral.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

REFERÊNCIAS

BECKER, Paula Cortinhas de Carvalho. **Integração Curricular**: caminho de indução para a formação humana integram em projetos de educação integral. 2021. 200p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2021.

BELO HORIZONTE. (Município). **Caderno de Diretrizes**: Programa Escola Integrada, Programa Escola Aberta e Programa Escola nas Férias. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

BELO HORIZONTE. (Município). **Orientações Gerais para as Escolas**. Prefeitura de Belo Horizonte: Programa Escola Integrada, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Casa Civil, dez. 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial n. 17 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Programa Mais Educação**: Gestão Intersetorial no Território. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009a. (Série Mais Educação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf. Acesso em: 1º ago. 2019.

BRASIL. **Redes de Saberes Mais Educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2009b. (Série Mais Educação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf. Acesso em: 1º ago. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Casa Civil, 2010a.

BRASIL. **Acompanhamento Pedagógico**. Série Cadernos Pedagógicos, n. 1. PDE/Programa Mais Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação/SEB, [2013].

BRASIL. **Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei n. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei n. 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Casa Civil, jul. 2023.

CAVALIERE, Ana Maria V. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educ. Soc**., Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria V. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, INEP, Brasília, DF, v. 22, p. 51-64, 2009.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral como política especial na educação brasileira. *In*: COELHO, L. M. C. da C. (org.). **Educação integral**: história, políticas, práticas. Rio de Janeiro: Rovelle, 2013. p. 225-242.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.	
Recebido em: 06/02/2025	Aceito em: 14/04/2025

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade** (impresso), Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 1.015-1.035, 2007.

COELHO, Lígia Martha. História(s) da educação integral. **Em aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 83-96, abril de 2009.

FLORIANÓPOLIS. (Município). **Plano de Trabalho EBIAS – 2019**. Projeto Jornada Escolar em Tempo Integral. Florianópolis: PMF/SME/DEF/Gerência de Articulação Pedagógica e Inovação/EBIAS, 2019a.

FLORIANÓPOLIS. (Município). **Projeto de Educação Integral da EBIAS**. Florianópolis: PMF/SME/DEF/EBIAS, 2019b.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução: Ernani F. Fonseca Rosa. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

LIMA, Edilene Eva de. **Educação Integral**: as repercussões do financiamento nos redesenhos curriculares. 2021. 209p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2021.

LIMA, Edilene Eva de. **Movimentos de mudança curricular nas experiências de educação integral em redes e escolas públicas de Santa Catarina**. 2015. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Condições e interesses pela ampliação da jornada escolar no Brasil. **Educação e Cultura Contemporânea**, [*s.l.*], v. 13, p. 84-100, 2016.

MOLL, Jaqueline; SILVA, Edna Alves Pereira da; AGLIARDI, Ilda Renata da Silva. Educação Integral como Direito: uma caminhada histórica desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932 até a Lei n. 14.640 de 2023. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, RS, v. 25, n.3, p.38-52, set.-dez. 2024.

SANTA CATARINA. (Estado). Decreto n. 3.867, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta a implantação e implementação da Escola Pública Integrada para o Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. **Diário Oficial**, Santa Catarina, n. 17.783, de 19 de dezembro de 2005.

SANTA CATARINA. (Estado). **Proposta para implantação da Escola Pública Integrada**: Documento 1. Santa Catarina: Grupo Intersetorial de Trabalho da Escola Pública Integrada, 2003.

THIESEN, Juares S. (org.). **Educação integral**: Conceitos, sujeitos e projetos. Curitiba: CRV, 2020. 148p.

SOBRE OS AUTORES

Edilene Eva de Lima
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Currículo (Itinera-UFSC). Integrante do Grupo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025

de Estudos em Educação Integral de Santa Catarina (GEEI-SC). Orientadora Educacional da Rede Municipal de Ensino de São José, SC.
E-mail: edilimaoe@gmail.com

Paula Cortinhas de Carvalho Becker
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pedagoga pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Currículo (Itinera-UFSC). Integrante do Grupo de Estudos em Educação Integral de Santa Catarina (GEEI-SC). Professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, SC.
E-mail: paulacortinhas@gmail.com

Juares da Silva Thiesen
Pós-Doutor (PhD) pela Universidade do Minho, Braga, Portugal. Doutor em Educação pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas (ICCP) de Havana, Cuba (Revalidação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Doutor em Gestão do Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina (UFSC). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Serrano (Uniplac).
E-mail: juaresthiesen@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 12-30, jan./abr. 2025.
Recebido em: 06/02/2025 | Aceito em: 14/04/2025